

O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com ensino superior (1995/2010)

Berenice Corsetti – UNISINOS/PPGEDU

Moisés Waismann – UNILASALLE

Resumo

O estudo das alterações no sistema de ensino superior a partir da influência dos organismos internacionais foca a análise no Estado brasileiro no período de 1995 a 2010. Tal escolha tem como objetivo verificar as mudanças ocorridas neste sistema de ensino nas variáveis docentes, concluintes e na remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior. A pesquisa situa-se no campo da Economia da Educação e pretende analisar o movimento de articulação do ensino superior diante da ordem econômica neoliberal, na perspectiva do debate crítico. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo e de base documental. Percebeu-se, através dos indicadores utilizados, que as orientações formuladas pelo Banco Mundial foram aplicadas no campo da educação superior, o que teve como consequência uma expansão do setor que foi adequada às formulações dessa agência multinacional.

Palavras-chave: Banco Mundial. Economia da Educação. Educação Superior. Política Educacional. Política Pública. Planejamento Educacional

1. Introdução

Neste artigo, desenvolve-se um estudo das alterações no sistema de ensino superior a partir da influência dos organismos internacionais. A pesquisa centra sua análise no Estado brasileiro no período de 1995 a 2010. Tal escolha tem como objetivo verificar as mudanças ocorridas neste sistema de ensino, mais especificamente nas variáveis docentes, concluintes e da remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior. A pesquisa situa-se no campo da Economia da Educação, vale-se da pesquisa documental, especialmente o documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (BANCO MUNDIAL, 1995) e o censo do ensino superior.

Trata-se de um estudo descritivo (TRIVIÑOS, 2009), que pretende analisar o movimento de articulação do ensino superior diante da ordem econômica neoliberal, na perspectiva do debate crítico.

Na década de 1980, a crise que assolou o Brasil, bem como outros países da América Latina, teve impacto no ensino superior, a redução drástica na destinação de dinheiro público para as instituições superiores. Crise esta informada pelas transformações ocorridas no final dos anos 1970 no mundo, e no início da década de 1990 no Brasil, onde ocorre uma modificação na organização social.

O processo de acumulação capitalista que antes tinha como força dinâmica o Estado provedor, realidade esta que não chegou a ser implantada no Brasil em toda a sua plenitude, é substituído na sua dinâmica pela ação do livre mercado, que agiria sentido de alocar os recursos produtivos e solucionar da melhor forma possível os interesses sociais.

Neste contexto ocorre um novo tensionamento na relação entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior, abrindo um espaço maior para o crescimento e consolidação do ensino superior privado. É nesta realidade que é elaborada e aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996.

De acordo com Silva (2002), o período histórico pelo qual passa o Brasil no momento da formulação da LDB/1996 aponta para um projeto de restauração liberal conservadora, que restituiu os projetos político-financeiros, orientados pelo pensamento liberal, em que a desregulamentação do mercado conjuntamente com a privatização de empresas estatais, bem como a redução das políticas sociais, teve como objetivo central o equilíbrio orçamentário com o controle do déficit público. Complementa a autora que estes preceitos foram adotados pelos Estados Nacionais que seguiram as “sugestões” dos organismos internacionais. Nota-se, desta forma, que o marco regulatório do sistema educacional no Brasil, que é dado pela LDB, surgiu no período histórico de vigência da visão neoliberal, sendo um documento que estava em sintonia com a orientação política da época em que foi concebida e que vem, deste então, orientando as questões da educação no Brasil.

É objetivo de este estudo observar as alterações que ocorrem no mercado da educação superior, a partir da influência dos organismos

internacionais nas políticas públicas para o ensino superior no Brasil, no período de 1995 a 2010, a partir do estudo dos dados do Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP. Para os fins deste texto, realiza-se um recorte que centra a abordagem analítica nas variáveis: trajetória dos docentes, relação com a quantidade de concluintes e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior. Para atender o objetivo da investigação, elaboram-se as seguintes questões:

- a) Qual a trajetória da quantidade total de docentes? E dos docentes mestres? E dos doutores? E dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES?
- b) Qual a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior?

Tem-se como hipótese que dada a necessidade do capital em se auto-organizar a partir da crise do Estado do bem estar social, o sistema de ensino e em especial, por ser objeto deste estudo, o subsistema do ensino superior assume uma visibilidade que antes não possuía. Constitui-se em uma forma rápida e confiável de formação e qualificação da mão de obra necessária ao setor produtivo como forma deste ingressar e/ou manter-se no mercado mundial. Assim, ao assumir esta demanda, passa a ser atrativo do ponto de vista da acumulação capitalista como um negócio, podendo assim dispensar os gastos governamentais para a sua ampliação. Ao mesmo tempo, este subsistema observa um aumento na demanda por serviços educacionais e também ocorre um aumento de oferta de docentes com titulação necessária para o exercício profissional nas Instituições de Ensino Superior. Em um cenário favorável, percebe-se que o ensino superior passa a ser atrativo do ponto de vista da acumulação capitalista como um negócio, podendo assim dispensar os gastos governamentais para a sua ampliação.

Na sequência, discorre-se sobre a relação da acumulação neoliberal, o Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior, após exibem-se as variáveis estudadas por meio da problematização elaborada nas questões de pesquisas construídas, por fim apresentam-se as considerações finais.

2. A relação da acumulação neoliberal, com o Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior.

Para discorrer sobre esta relação da acumulação neoliberal com o Banco Mundial, articulando com as políticas públicas para o ensino superior, é necessário discutir a relação do modo de produção capitalista com o Estado. Para isso, recorre-se aos autores Freitag (1987), Offe (1984 e 1991), e Poulantzas (2000).

A articulação entre o Estado e as diversas formas de produção já existentes, sempre compuseram as relações de produção e a sua reprodução, sendo que a ligação entre os primeiros estão no centro das relações (POULANTZAS, 2000), e estas estão em constante mutação não apenas, como diz Poulantzas (2000, p. 16), nos “diversos modos de produção, mas também segundo os estágios e fases do próprio capitalismo”. Quando se propõe a análise do Estado e da Economia (capitalismo) de forma separada, tem-se a intenção de esconder a “presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção.” (POULANTZAS, 2000 p.18).

A relação do processo de acumulação do capital com o Estado e sua via inversa do Estado com o processo de acumulação não é direta e nem determinista, constitui-se numa relação conflituosa e dialética, pois a manutenção das duas instituições é feita a partir de sínteses cotidianas. Neste sentido, concorda-se com Freitag (1987, p. 24) quando esta recusa “a concepção de um Estado diabólico a serviço do capital” e sugere “uma concepção probabilística, não determinista”.

A partir desse entendimento percebem-se as políticas públicas como operação do Estado comprometidas com a manutenção e as transformações necessárias nas diversas etapas do processo de acumulação do capital, tendo como objetivos a consolidação e manutenção, e quando esta não é mais necessária, a transformação, do sistema de acumulação.

Desta forma, como aponta Freitag (1987), o Estado assume para si a tarefa de criar e recriar espaços sociais que antes não estavam submetidos ao poder do Estado e mesmo em outros momentos ou contextos era de responsabilidade individual ou privada dos membros da sociedade.

Este processo é possível porque é o próprio processo de acumulação

que cria a sua visão e ideia de mundo. Como escreve Offe (1991, p. 118), é a “posição de poder dos empresários, [que] abrange a capacidade de definir realidade”. Se este grupo pensa que o Estado recolhe um valor alto em tributos e que, ao mesmo tempo, desestimula a força de trabalho a ingressar no mercado de trabalho e que enquanto isso não mudar não se investe, é isso que vai acontecer, pois, como completa Offe (1991, p. 118), são os investidores que estão “em posição de estabelecer a realidade e os efeitos do ‘aperto’ nos seus lucros por meio das suas próprias interpretações”.

No contexto mais geral, o processo de acumulação capitalista desde o final dos anos de 1970 vive em um processo de transformação, passando da fase monopolista para a fase financeira, e, assim, necessita de outro tipo de Estado que possa regular este processo. Precisa de um Estado que regule a desregulamentação dos mercados existentes e passe para os cuidados do mercado bens e serviços que antes eram providos pelo próprio aparelho estatal.

Inseridas nesta realidade, as discussões em torno das interrelações entre educação e trabalho são imensas e quase infinitas, sejam pelas abordagens propostas ou pelas questões levantadas, pois no sentido de superar essa crise, o capital tenta encontrar formas de reorganizar suas bases de acumulação, com o propósito de recuperar as taxas de lucro, agora num conjunto de circunstâncias, que incorpora o avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior socialização da política em nível mundial. Desta forma, o capital reformula o modelo de desenvolvimento realizando transformações na forma de produção, bem como na regulação das relações de produção. (SOUZA, 2002).

Agora incorporando o sistema de ensino como foco de atenção para o seu movimento de expansão e de suas formas organizativas materiais, simbólicas e culturais organizando segundo a lógica capitalista o que outrora possuía uma orientação pública.

O processo de acumulação neoliberal reorganiza o Estado, pois este tem um papel fundamental para a implantação do neoliberalismo, por mais contraditório que isso pareça apresentado as suas demandas, sendo uma delas a necessidade de estabilização macroeconômica que foi realizada com a implantação do Plano Real e a implantação da lei de responsabilidade fiscal, as

quais promoveram o rearranjo da relação fiscal intragovernamental, bem como a reorganização da Previdência Pública. Essas mudanças serviram como base para as “reformas estruturais”, outras das demandas para o Estado, do sistema de saúde e da educação, encaminhando a desregulamentação destes setores antes organizados pelo Estado, com o objetivo de serem oferecidos aos mercados por meio das privatizações. Tais movimentos fazem parte de um processo de construção de um novo colonialismo. (FIORI, 1995)

Este redirecionamento do Estado brasileiro é instruído pelas agências multilaterais, que são operadoras do pensamento neoliberal e concentram a hegemonia política e econômica. Suas orientações e ações mediadoras são seguidas por compartilhamento de visão de mundo das elites locais com as elites dos países (ditos) desenvolvidos por meio de uma intervenção consentida. Estas também reorganizam o próprio setor produtivo, exigindo toda uma reestruturação na forma de produção, que proporcionasse a manutenção e/ou aumento da participação no comércio mundial, por meio dos padrões internacionais que exigiam a incorporação da microeletrônica, bem como de outra cultura organizacional. Essas necessidades fizeram com que as empresas buscassem inovações organizacionais, investimentos em equipamentos. Nesta direção, foi necessário repensar a qualificação dos trabalhadores por meio de programas de treinamento da força de trabalho que proporcionassem uma nova forma de produção. (SOUZA, 2002).

É neste contexto que se insere a educação, como o principal requisito para a integração no mercado de trabalho, em face do atual processo de transformação. A educação nesta nova realidade passa de um direito dado à cidadania para ser apropriada e ressignificada pelo processo de acumulação capitalista, sendo então percebida como instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza. Neste sentido, reinterpreta-se o pensamento produzido pela Teoria do Capital Humano. (OLIVEIRA, 2000).

As alterações no subsistema do ensino superior foram feitas a partir das recomendações do Banco Mundial. Para este, a principal função das Instituições de Ensino Superior (IES), é a formação de recursos humanos qualificados e profissionais habilitados para participar do processo de “desenvolvimento, adaptação e difusão das inovações” no âmbito nacional. As IES também devem assumir o papel de se constituírem em um espaço de

construção de novos conhecimentos, bem como de propiciar um ambiente de transferência, adaptação e divulgação tecnológica por meio do ensino e da pesquisa. (BANCO MUNDIAL, 1995). Pode-se perceber que para o Banco, o ensino superior assume um papel central no desenvolvimento econômico do país, para isso apresenta quatro orientações chaves para a reforma do sistema educacional, com o objetivo de conseguir as metas sem aumento do gasto público. São elas (BANCO MUNDIAL, 1995):

- Incentivar a maior diferenciação nas Instituições, encorajando os estabelecimento de instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, entre elas, a participação dos estudantes nos gastos públicos, e a estreita vinculação entre o financiamento público e os resultados;
- Redefinir a função do governo no ensino superior, por meio da formulação de marcos jurídicos que orientem as políticas públicas;
- Adotar políticas que estejam destinadas concretamente a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

3. Problematicando trajetória dos docentes e a relação dos concluintes com a quantidade e a remuneração dos trabalhadores com ensino superior.

Nesta parte do trabalho, problematizam-se as questões de pesquisa, elaboradas a partir da construção do problema proposto para este estudo. Para isso, utiliza-se a ferramenta da estatística descritiva como forma de tratamento dos dados construídos. Os dados referentes às variáveis Docentes, Docentes com tempo integral, Docentes mestres e Docentes doutores foram retiradas do Censo da Educação Superior dos anos de 1995 a 2010, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A variável PIB foi pesquisada no sistema de contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualizados, assim como todos os valores monetários deste estudo, pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Por fim, as variáveis remuneração média dos docentes, vínculos com ensino superior e remuneração média dos

vínculos com ensino superior foram consultadas na base de dados da Relação Anual de Informações Social (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Sobre a trajetória dos docentes, o objetivo aqui é discutir o comportamento da trajetória da quantidade total de docentes, bem como dos docentes mestres e dos doutores e também dos professores do ensino superior com tempo integral por tipo e natureza das IES. Nesse sentido, apresenta-se a tabela 1 que, além das variáveis já citadas, mostra o somatório de docentes mestre e doutores e a remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010. Após, apresenta-se o gráfico 1 que evidencia a variação acumulada dos dados da tabela.

Tabela 1 – Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres, dos docentes doutores, dos docentes mestre e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.

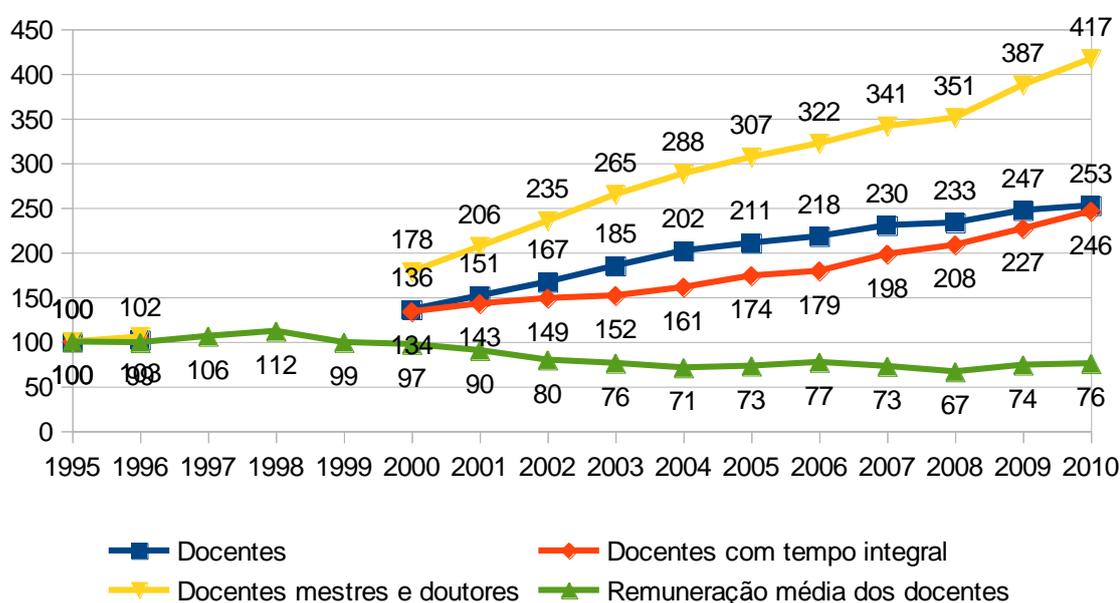
ANO	Docentes	Docentes com tempo integral	Docentes mestres	Docentes doutores	Docentes mestres e doutores	Remuneração média dos docentes (R\$)
1995	145.290	63.525	34.882	22.808	57.690	5.578,55
1996	148.320	65.425	36.954	24.006	60.960	5.529,17
1997	5.931,07
1998	6.244,69
1999	5.545,50
2000	197.712	84.845	62.123	40.707	102.830	5.423,65
2001	219.947	90.631	72.978	46.133	119.111	5.042,02
2002	242.475	94.464	84.919	50.776	135.695	4.446,09
2003	268.816	96.326	96.510	56.238	152.748	4.243,42
2004	293.242	102.261	104.976	61.279	166.255	3.960,12
2005	305.960	110.480	110.992	65.897	176.889	4.067,47
2006	316.882	113.848	115.136	70.616	185.752	4.304,53
2007	334.688	125.818	120.348	76.560	196.908	4.049,79
2008	338.890	132.382	121.548	80.814	202.362	3.711,30
2009	359.089	143.963	130.614	92.891	223.505	4.132,35
2010	366.882	156.370	138.526	101.912	240.438	4.221,61

Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Pelos dados dispostos na tabela 1, chama a atenção em todas as variáveis que dizem respeito à quantidade de docentes, que estas aumentam e, no mesmo período de tempo, a remuneração média dos docentes cai. O

gráfico 1 mostra esta trajetória de uma forma mais evidente. A quantidade de docentes passa de 145.290 em 1995 para 366.882 em 2010, um crescimento acumulado de 253 no período calculado pelo índice de base 100. Os professores que possuem tempo integral cresceram em 246, pelo mesmo indicador, resultado da trajetória de 63.525 em 1995 para 156.370 em 2010, e o total de professores com pós-graduação “stricto sensu” cresce em 417 no mesmo parâmetro. Enquanto a remuneração encolhe em 24%.

Gráfico 1 – Variação na Quantidade de total de docentes, dos docentes com tempo integral, dos docentes mestres e doutores e na remuneração média dos docentes nos anos de 1995 a 2010.



Fonte: INEP (1996, 1997, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2000b, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012b) adaptado pelo autor.

Para o autor desta pesquisa, parece existir uma relação muito forte entre a qualidade da educação superior e a qualificação dos trabalhadores que produzem e organizam o ambiente acadêmico, os professores. Como estão evidenciadas pela tabela 1, as organizações do ensino superior também compartilham dessa visão, porque, se assim não fosse, não teriam aumentado a contratação de mestres e doutores em 317%.

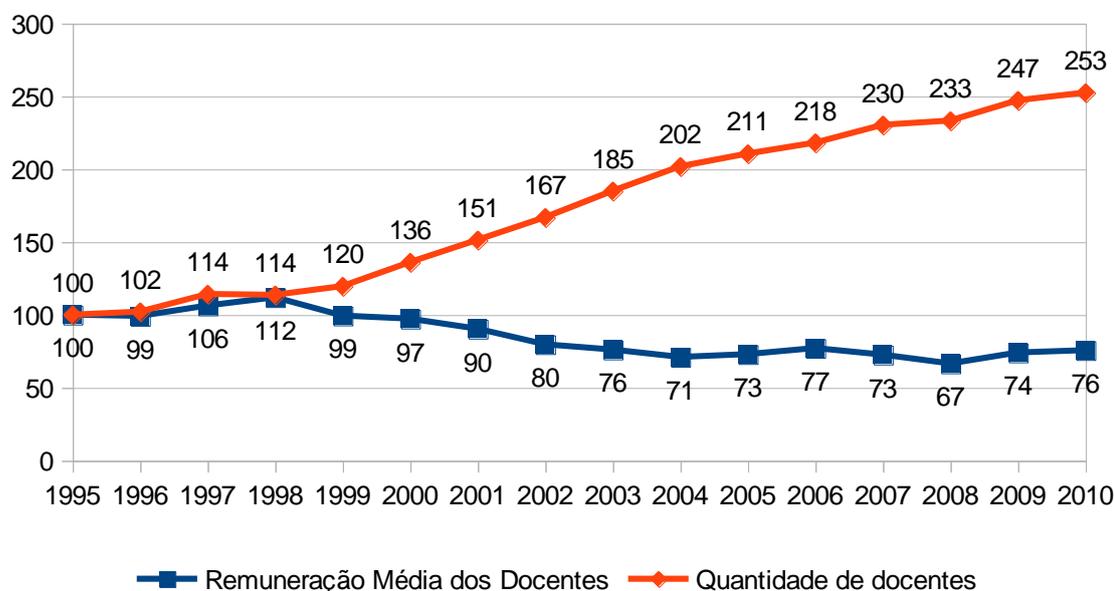
A mesma preocupação não se tem com a pesquisa acadêmica, como se depreende da tabela 1, quando se verifica o crescimento dos professores com tempo integral com uma variação acumulada de 246 no indicador da base 100, abaixo do crescimento geral dos docentes. Vale lembrar que são esses

professores que, dentro das instituições de ensino superior, fazem pesquisa e/ou gestão quando não realizam as duas atividades.

No gráfico 2, destaca-se a relação entre a quantidade de docentes e a sua remuneração média. Optou-se por repetir as informações do gráfico 1 em outro gráfico para poder enfatizar essa relação perversa que ocorre com a função docente.

No gráfico 2, é apresentada a variação acumulada na remuneração média dos docentes e na quantidade de docentes nos anos de 1995 a 2010. Basta olhar para a ilustração para observar os movimentos diversos da variação acumulada.

Gráfico 2 – Variação acumulada na remuneração média dos docentes e na quantidade de docentes nos anos de 1995 a 2010



Fonte: Brasil ([2012b]) e INEP (diversos anos) adaptado pelo autor.

A remuneração média dos docentes cai em 24% no acumulado dos 16 anos observados, passa em valores corrigidos para 01 de outubro de 2012 de R\$ 5.578,55 em 1995 para R\$ 4.221,61 em 2010, também em valores corrigidos. Uma diferença de R\$ 1.356,94, o que equivale a mais de 2,6 salários mínimos nacional em 2010. No mesmo espaço temporal, a quantidade de professores acumula uma variação de 153%. De um lado, o mercado do ensino superior aumenta as suas matrículas, contrata mais professores, como já demonstrado, contrata menos do que o crescimento das matrículas, ou seja, intensifica o trabalho docente e remunera a força de trabalho (os docentes)

com quase um quarto a menos de salário.

Poder-se-ia dizer que falta qualificação para estes profissionais? A tabela 2 auxilia a responder esta questão. A proporção de docentes com mestrado e doutorado sobre o total de docentes que era de 39,71% em 1995 passa para 65,54% em 2010. Desta forma, percebe-se que faltam menos de 35% dos professores do ensino superior que ainda não possuem alguma titulação de “stricto sensu”. Constata-se que a realidade do ensino superior no período estudado comportava profissionais mais qualificados, trabalhando mais, e ganhando menos.

Tabela 2 – Proporção do total de docentes de docentes com tempo integral, de docentes mestres, de docentes doutores e de docentes mestres e doutores nos anos de 1995 a 2010.

ANO	Docentes com tempo integral	Docentes mestres	Docentes doutores	Docentes mestres e doutores
1995	43,72%	24,01%	15,70%	39,71%
1996	44,11%	24,92%	16,19%	41,10%
1997
1998
1999
2000	42,91%	31,42%	20,59%	52,01%
2001	41,21%	33,18%	20,97%	54,15%
2002	38,96%	35,02%	20,94%	55,96%
2003	35,83%	35,90%	20,92%	56,82%
2004	34,87%	35,80%	20,90%	56,70%
2005	36,11%	36,28%	21,54%	57,81%
2006	35,93%	36,33%	22,28%	58,62%
2007	37,59%	35,96%	22,88%	58,83%
2008	39,06%	35,87%	23,85%	59,71%
2009	40,09%	36,37%	25,87%	62,24%
2010	42,62%	37,76%	27,78%	65,54%

Fonte: INEP (diversos anos) adaptado pelo autor.

Nesse sentido, questiona-se: qual o futuro das instituições de ensino superior quando todos os docentes tiverem mestrado e/ou doutorado? E os programas de pós-graduação hoje instalados diminuiram o seu tamanho apenas para repor docentes titulados? Qual é o novo papel da pesquisa científica/acadêmica, diante da quantidade de profissionais capacitados para a pesquisa nos estabelecimentos de ensino superior? E os recursos para pesquisa? Será que teremos pessoas interessadas na carreira docente

superior com esta remuneração? Questões que ficam em aberto, mas depois que criadas tomam vida, e um dia, quem sabe, serão respondidas. Na próxima parte é abordada a relação que se estabelece entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade e remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior.

Para discutir a relação dos concluintes entre a quantidade e a remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior, apresenta-se a tabela 3, em que são mostrados os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos vínculos com ensino superior no mercado de trabalho formal e sua remuneração média.

Tabela 3 – Valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010.

Brasil	PIB (em milhões)	Vínculos com ensino superior (em milhares)	Remuneração Média dos Vínculos com ensino superior
1995	2.873.775	1.845	7.127,01
1996	3.162.512	2.394	5.610,94
1997	3.268.178	2.725	5.439,61
1998	3.360.368	2.945	5.779,38
1999	3.053.569	3.072	4.927,67
2000	3.065.417	3.154	4.850,64
2001	3.047.752	3.388	4.967,03
2002	2.805.121	3.671	4.200,09
2003	2.935.636	4.353	4.007,30
2004	2.987.433	4.587	3.768,36
2005	3.249.340	5.028	4.000,86
2006	3.461.449	5.166	4.135,28
2007	3.646.971	5.718	3.908,87
2008	3.736.748	6.110	3.839,58
2009	4.063.408	6.558	4.141,84
2010	¹ 4.269.859	7.059	4.482,22

Fonte: (b) Brasil ([2012b]), (a) IBGE ([2011]) adaptado pelo autor

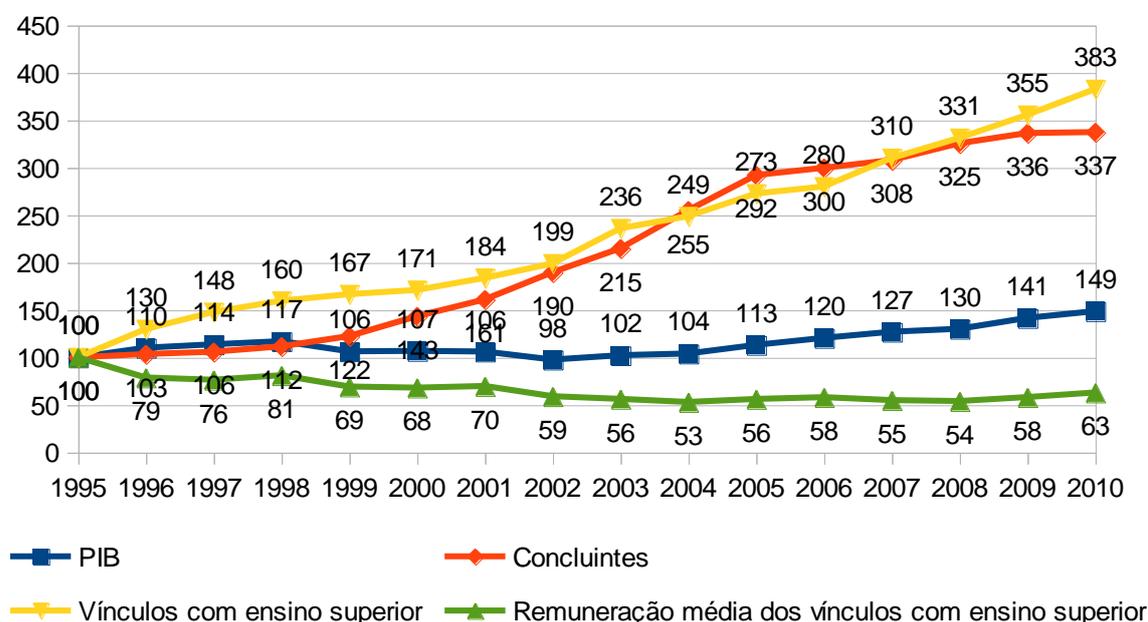
Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

Verifica-se que tanto o PIB como os vínculos apresentam crescimento, depreende-se deste fato uma relação bem próxima entre estas duas variáveis, podendo ser compreendido que quanto mais escolarizado for o trabalhador,

mais ele pode contribuir para o crescimento da riqueza nacional, esta medida pelo PIB. É exatamente este um dos apontamentos da Teoria do Capital Humano (TCH), o outro diz que quanto maior for a contribuição da força de trabalho, esta se dando por meio da escolarização, tanto maior será a sua remuneração, ou seja, o seu salário. Quando se volta para a tabela 3 e se observa a relação do PIB com o a remuneração média dos vínculos com ensino superior, esta última ideia força da TCH não tem na empiria, pelo menos no período estudado, a sua confirmação, pois se evidencia que a remuneração encolhe passando de R\$ 7.127,01 em 1995 para R\$ 4.482,22 em 2010, uma queda em termos brutos de R\$ 2.644,79, quase quatro salários mínimos do Estado do Rio Grande do Sul. Também se observa que, à medida em que os vínculos aumentam, a remuneração baixa. Dessa forma, existem mais trabalhadores portadores de diploma de ensino superior, porém ganhando menos e com a economia crescendo.

Gráfico 3 – Variação acumulada no valor do PIB, a quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a2010.



Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) e INEP (diversos anos) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

No gráfico 3, é possível ver a trajetória da variação acumulada, calculada pelo número-índice de base 100, das variáveis PIB, vínculos, concluintes e

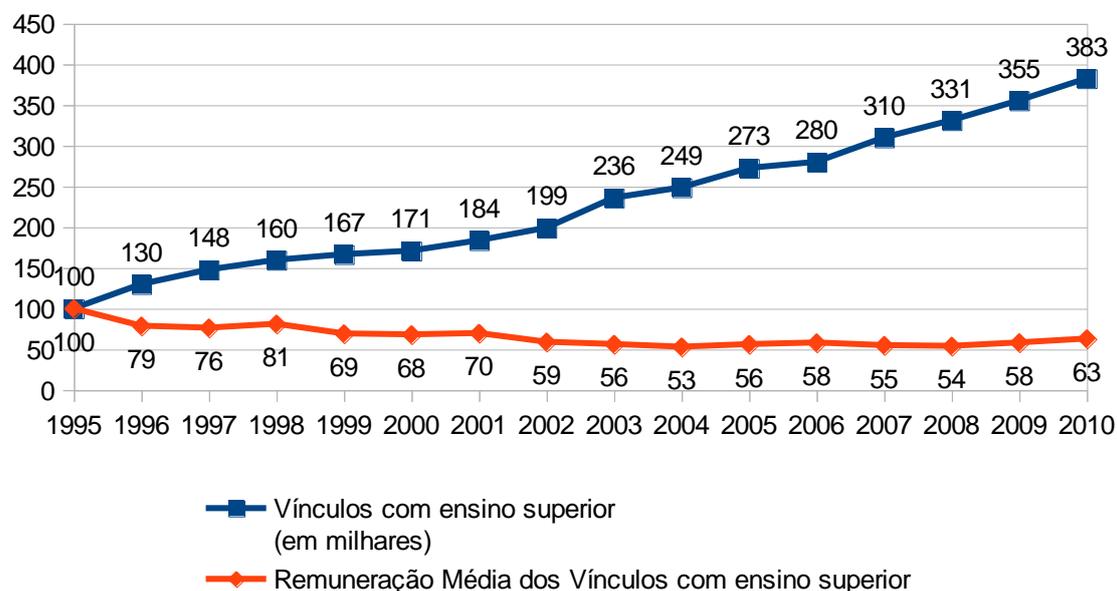
remuneração. A variável conluente foi agregada no gráfico para auxiliar na análise. Verifica-se que em 1995 os vínculos com ensino superior eram de 1.845 e passam para 7.049 em 2010, um salto de 383 calculado pelo índice da base 100, e os conluentes crescem em 337 pelo mesmo indicador, e o PIB em 179 pelo mesmo parâmetro, enquanto a remuneração cai em 27% nos 16 anos da análise.

Percebe-se que, no acumulado, o mercado de trabalho cresce mais (383 base 100) que a capacidade das IES oferecerem diplomados (337 base 100), disso resulta uma diferença de 46 pontos percentuais, significa que existe mais demanda de diplomados do que oferta de diplomados. Se o raciocínio está correto, por que a remuneração cai em mais do que um quarto (27%) no período analisado? Ela deveria é aumentar em termos reais e não cair.

De outra forma, verifica-se que o PIB cresce e o salário cai, estes movimentos combinados podem diminuir o tamanho da remuneração relativa média da força de trabalho na constituição do PIB.

O gráfico 4 apresenta a variação acumulada na quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010. Esta mesma informação já consta no gráfico 3, porém, optou-se por repetir a informação, agora somente com as duas variáveis, para que fique mais claro o abismo formado, no período analisado, entre variação acumulada da remuneração e da quantidade vínculos. Uma faz um movimento de crescimento e outra um movimento de retração, o que resulta em uma diferença de 320 pontos percentuais. Mais trabalhadores com instrução superior ganhando menos.

Gráfico 4 - Variação acumulada na quantidade de vínculos com ensino superior e a sua remuneração nos anos de 1995 a 2010

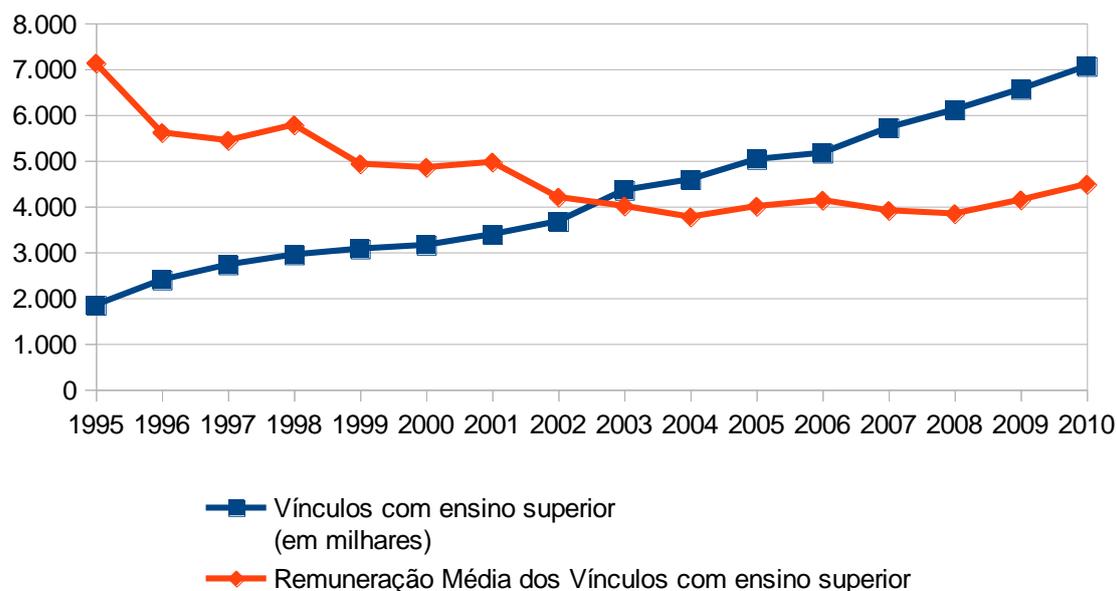


Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

Gráfico 5 - Quantidade de quantidade de vínculos com ensino superior e a a remuneração média dos vínculos com ensino superior nos anos de 1995 a 2010



Fonte: Brasil ([2012b]), IBGE ([2011]) adaptado pelo autor.

Nota: (1) valores estimados para 2010.

(2) Os valores foram atualizados pelo IGP-DI para 01 de outubro de 2012

O gráfico 5, elaborado com os dados da tabela 3, apresenta a trajetória da quantidade de vínculos com ensino superior e a remuneração. É possível ver que o percurso das variáveis é inverso, na medida em que sobe a quantidade de vínculos, cai a remuneração, ou quando cai a remuneração aumenta a quantidade de vínculos. Seguindo por qualquer um dos caminhos, o resultado é desanimador para toda a sociedade, que não utiliza toda a capacidade de trabalho instalada. No gráfico 5, é possível perceber que as curvas se cruzam entre 2002 e 2003. Será esta uma das contribuições da ampliação do sistema de educação superior no país, simplesmente a derrubada dos salários?

Longe de encerrar a questão da remuneração, vínculos, conluíte e PIB a discussão proposta abre outros questionamentos. Um deles é que parece que o ensino superior não garante melhores remunerações, garante sim remuneração. De um lado é trágico, visto que todo investimento (público, privado e individual) colocado à disposição da formação de quadros de nível superior não resulta em melhor remuneração. De outro, parece libertar o ensino superior de algumas amarras, como a de formar a pessoa para o mercado, proporcionando assim a possibilidade de discutir quem se está formando e para quê. O debate realizado aqui indica que a atual formação acadêmica, no geral, não contribui para o aumento de produtividade do setor produtivo, pois se levanta a hipótese de que o estágio atual do setor produtivo dinâmico na sociedade brasileira seja intensivo em trabalho, e, assim, não utiliza todo o potencial da força de trabalho com diploma superior. É necessário repensar a tarefa da formação de quadros de nível superior com o conjunto da sociedade, visto que uma sociedade sem inteligência estará desfavorecida na disputa pelo protagonismo com o conjunto das outras sociedades.

Considerações finais

Neste artigo, desenvolveu-se um estudo acerca das alterações no sistema de ensino superior a partir das influências dos organismos internacionais. A pesquisa centrou a sua análise no Estado brasileiro no período de 1995 a 2010. Tal escolha teve como motivação verificar as mudanças ocorridas neste sistema de ensino, mais especificamente nas

variáveis docentes, concluintes e da remuneração dos docentes e dos trabalhadores com escolaridade superior.

O Banco Mundial, agente orgânico do processo de acumulação neoliberal, sugeria, no momento histórico da formulação da LDB, a desregulamentação do mercado, conjuntamente com a privatização de empresas estatais, bem como a redução das políticas sociais. Tinha como objetivo central o equilíbrio orçamentário com o controle do déficit público.

A partir desta conjuntura, emergiu o problema de pesquisa que questionou as alterações que ocorrem no mercado da educação superior, a partir da influência dos organismos internacionais nas políticas públicas para o ensino superior no Brasil, no período de 1995 a 2010, a partir do estudo dos dados do Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP, bem como se elaboraram as questões de pesquisa que orientaram o trabalho.

Sobre a trajetória da quantidade total de docentes, dos docentes mestres, dos doutores bem como dos professores com tempo integral por tipo e natureza das IES, chamou a atenção que em todas as variáveis que dizem respeito à quantidade de docentes, esta aumentou e, no mesmo período de tempo, a remuneração média dos docentes declinou. O debate e a importância da contribuição da educação, em especial a educação superior, para o progresso da humanidade é infinita e inesgotável. Neste debate, existe um acordo sobre o papel do professor inserido em um ensino de qualidade, que depende, e muito, da formação acadêmica deste profissional.

Sobre este ponto de vista, também concordam os empregadores dos docentes, porque, se assim não fosse, a quantidade de professores mestres ou doutores não teria crescido em 317% no período estudado. Esta mesma atenção não é dispensada à pesquisa acadêmica, pois, como foi verificado, o crescimento dos professores com tempo integral cresceu em 124%, bem abaixo do crescimento total de docentes que foi de 153%. De um lado, o mercado do ensino superior aumenta as suas matrículas, contrata mais professores, porém menos que o crescimento das matrículas, ou seja, intensifica o trabalho docente e remunera a força de trabalho (os docentes) com quase um quarto a menos de salário. Pode-se então perceber que a realidade do ensino superior no período estudado comportava profissionais mais qualificados, trabalhando mais e ganhando menos.

Com respeito à relação entre a quantidade de alunos concluintes, a quantidade de trabalhadores com escolaridade superior e a sua remuneração, no período que abarca esta pesquisa, foi possível verificar que tanto o PIB como os vínculos apresentam crescimento. Depreende-se deste fato uma relação bem próxima entre estas duas variáveis, podendo ser compreendido que quanto mais escolarizado for o trabalhador mais ele pode contribuir para o crescimento da riqueza nacional, medida pelo PIB. É exatamente este um dos apontamentos da Teoria do Capital Humano (TCH), o outro diz que quanto maior for a escolarização da força de trabalho, tanto maior será a sua remuneração. Esta última assertiva da TCH não teve nos dados apresentados a sua confirmação, pois se pode perceber é que a remuneração encolhe em R\$ 2.644,79 (27%), quase quatro salários mínimos do Estado do Rio Grande do Sul. Também foi observado que na medida em que os vínculos aumentam a remuneração baixa. Desta forma, existem mais trabalhadores portadores de diploma de ensino superior, porém ganhando menos e com a economia crescendo.

Foi possível observar ao longo do estudo que a educação superior pós LDB/1996 tem sobre sua responsabilidade duas frentes e está desempenhando bem o seu papel. Uma é proporcionar força de trabalho escolarizada e certificada suficiente para o mercado de trabalho, de modo a não só não aumentar os salários, mas como, é de pasmar, em período de crescimento econômico, diminuir salários reais. Ao mesmo tempo, constitui-se em um novo espaço de acumulação e reprodução do capital, visto que aumenta a demanda por titulação, os trabalhadores agora precisam do curso superior, não para ganhar mais, mas para terem acesso ao mercado de trabalho, conseqüentemente, aumentam as matrículas. Quando aumentam as matrículas, aumenta a contratação de professores, e estes, como foi demonstrado, estão mais certificados, mais titulados, porém ganhando menos. Desta forma, o mercado da educação superior parece ser bastante rentável, pois há demanda e os custos de produção (salário do docente) estão em queda. Pode-se concluir que as orientações do Banco Mundial transformaram o ensino superior em um mercado do ensino superior agora regido, perigosamente pelas leis da oferta e a demanda, o ensino passa a ser então uma mercadoria.

Referências

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP; PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – PADCT. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**: relatório final. Campinas: Editora da Unicamp. IE, 1993. Disponível em: <<http://www.econeit.org/wp-content/uploads/2012/09/Relat%C3%B3rio-final-vol1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho - PDET**. Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>>. Acesso em 30 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Contas Nacionais**: contas regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro, [2011]. (Série: SCN52). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em 30 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior**: graduação: Brasília, DF, [diversos anos]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 23 set. 2012.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho'. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: FAPESP, 2002.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**: anos 90. Campinas: Autores Associados, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.